



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 3 • nº 14 • 21 a 27/05/2006 • ISSN 1809-6182

Resenhas

25/05/2006 – Panorama Econômico da Bolíviap.01

Apoiando-se nas reservas de gás natural da Bolívia, o presidente Evo Morales busca promover o desenvolvimento através do decreto de nacionalização. Entretanto ainda existem outros problemas com os quais o presidente deve lidar de forma a retirar a Bolívia da posição de país mais pobre da América do Sul.

25/05/2006 – Equador rescinde contrato com empresa petrolífera estadunidensep.05

Equador anuncia rescisão do contrato de exploração de petróleo da empresa estadunidense Oxy, após batalha judicial em torno da questão. Em resposta, os Estados Unidos interrompem as negociações do Tratado de Livre Comércio (TLC) com o país andino, sem o estabelecimento de data para retomada das negociações.

26/05/2006 – Violência aumenta no Afeganistãop.08

O Talibã aumentou sua atuação no Afeganistão nas últimas semanas. Como resultado, o número de mortes no país é um dos mais altos desde 2001, ano da chegada de tropas estrangeiras. O Paquistão é acusado de estar colaborando com este grupo.

Panorama econômico da Bolívia

Resenha
Economia e Comércio

Raphael Rezende Esteves
25 de maio de 2006

Apoiando-se nas reservas de gás natural da Bolívia, o presidente Evo Morales busca promover o desenvolvimento através do decreto de nacionalização. Entretanto ainda existem outros problemas com os quais o presidente deve lidar de forma a retirar a Bolívia da posição de país mais pobre da América do Sul.

Com uma população de 8,9 milhões de habitantes, 64%¹ dos quais abaixo da linha da pobreza², a Bolívia é o país mais pobre da América do Sul. Segundo o Programa Mundial de Alimentos da Organização das Nações Unidas, um terço da população passa fome devido à falta de acesso a recursos econômicos. Políticas mal sucedidas do governo anterior, que visavam a atração de investimento externo, tiveram como resultado o agravamento da situação do país.

Com a descoberta de reservas de gás natural, em meados da década de 90, a Bolívia acordou com o Brasil a construção de um gasoduto entre os países e o fornecimento de gás durante 20 anos. Tal descoberta acabou por dinamizar a economia boliviana, que dependia fortemente do cultivo da folha de coca. Em 1997 a Bolívia também acordou com os Estados Unidos um programa de erradicação da folha de coca (matéria-prima da cocaína) em troca de financiamentos.

Entretanto, tais medidas acabaram por não surtir o efeito esperado. Os benefícios recebidos pela erradicação da coca eram muito pequenos além da necessidade de compra de produtos importados como adubos, fertilizantes e diesel (todos derivados do petróleo) incluídos no programa. A economia boliviana depende fortemente do exterior no que se refere à aquisição de produtos derivados do petróleo, como se pode perceber na pauta de importações. Os investimentos atraídos para o país e a venda de gás para o Brasil não tiveram como resultado a erradicação da pobreza, o que acabou por agravar o descontentamento com o governo de Gonzalo Sánchez de Lozada, em 2003.

Desta maneira, os candidatos às eleições presidenciais de 2005 defenderam frequentemente a nacionalização da reservas de gás natural. O vencedor da disputa, Evo Morales, estabelece no dia 1º de maio a nacionalização da propriedade, transporte, armazenagem, refino e comercialização dos hidrocarbonetos. [Ver também: [Evo Morales decreta nacionalização da produção de gás e petróleo na Bolívia](#)] O aumento da tributação, estipulado pelo decreto de nacionalização, garantiria o aumento do salário para 500 pesos bolivianos (US\$ 62,50) devido ao aumento da arrecadação, declarou o vice-presidente, Alvaro Garcia

¹ De acordo com CIA World Factbook.

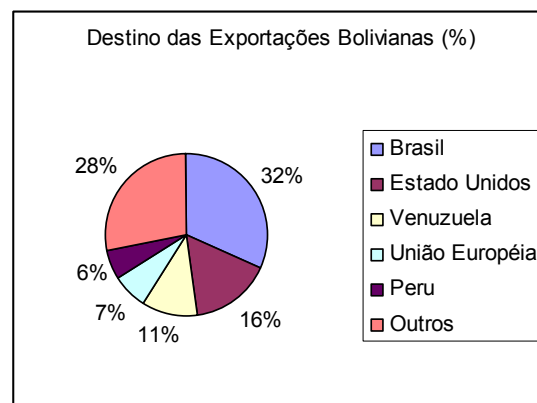
² Segundo o Banco Mundial, população abaixo da linha da pobreza constitui-se pela porcentagem da população que dispõe de menos de US\$1,08 por dia, baseado-se nos preços internacionais de 1993.

Línea.

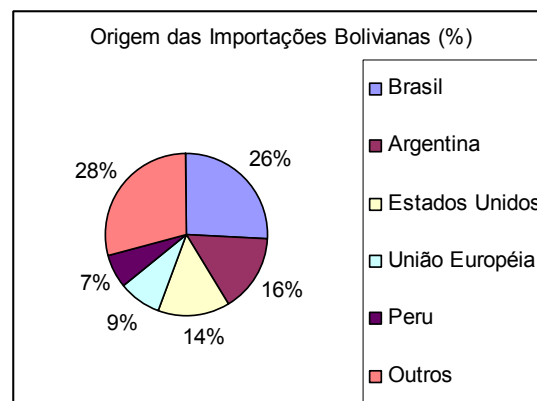
Os hidrocarbonetos³ possuem importância fundamental na economia boliviana atualmente, representando 40% das exportações. Com a segunda maior reserva da América do Sul (1,4 trilhão de m³), depois da Venezuela (4,27 trilhões de m³), o gás natural foi o principal responsável pelo segundo ano consecutivo de superávit no Balanço de Pagamentos do país. Depois de seguidos déficits no Balanço de Pagamentos desde 1996, o superávit em 2004 foi garantido principalmente pelo aumento da exportação do gás natural de 23,8%, enquanto a balança comercial como um todo teve superávit de 16,1%.

Essa medida de nacionalização afeta cerca de 20 empresas multinacionais, dentre as quais encontram-se a Petrobras (Brasil), Repsol YPF (Espanha e Argentina), British Gas e British Petroleum (Reino Unido) e a Total (França).

A Petrobras, principal empresa na extração do gás da Bolívia, possui investimentos no país que ultrapassam US\$ 1,5 bilhão, além de absorver 60% da produção de gás boliviano e representar 24% de arrecadação de impostos do país. Além disso, o Brasil apresenta-se como principal parceiro comercial da Bolívia, sendo o destino de 31,7% das exportações da Bolívia e representando 25,8% das importações bolivianas.



Fonte: Dados da Organização Mundial do Comércio (OMC).



Fonte: Dados da OMC.

A Espanha também teme que, além da Repsol YPF, outras empresas nas quais possui participação acionária possam ser nacionalizadas pelo governo de Evo Morales. Dentre elas encontram-se a Iberdrola - que participa em duas distribuidoras de eletricidade, Electropaz (La Paz com 57% do capital) e Elfeo (El Alto com 59%), somando 411 mil clientes e 37% da energia distribuída na Bolívia - e a Red Eléctrica de España (REE) - proprietária da companhia Transportadora de Electricidad (TDE), através de 2000 Km de linha e 20 subestações.

A tensão gerada pela nacionalização pode levar os investidores estrangeiros a considerarem melhor antes de colocarem seu dinheiro no país. Como ocorrido com o banco espanhol Santander, proprietário do banco mais importante da Bolívia, o Banco Santa Cruz, que abandonou o país em março.

³ Compostos constituídos de carbono e hidrogênio, largamente utilizados como fonte de energia. Exemplos: Gás Butano, Gás Natural, Gás Propano, Petróleo.

Fora o setor de hidrocarbonetos, economia boliviana se baseia fortemente na indústria manufatureira e na exportação de minerais e produtos agrícolas, como a soja - esses dois últimos também responsáveis pelo crescimento de 3,6% do PIB devido ao aumento dos preços internacionais. Dentre os setores industriais podemos destacar o de vestuário, artesanato, mineração, metalurgia e tabaco.

Produto Interno Bruto por atividade econômica⁴

Atividade Econômica 2004	Valor
Produto Interno Bruto	23359840
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	3585279
Exploração de Minas e Jazidas (Petróleo e Gás)	2464188
Indústrias Manufatureiras	4164371
Eletricidade Gás e Água	498147
Construção	664030
Comércio	2074008
Transporte e Comunicações	2745161
Estabelecimentos financeiros, Seguros, Bens Imóveis e Serviços Prestados às Empresas	2933484
Serviços Comuns, Sociais e Pessoais	1125129
Restaurantes e Hotéis	755035
Serviços da Administração Pública	2248628
Serviços Bancários	700007

Fonte: Instituto Nacional de Estatística da Bolívia

⁴ Em milhões de pesos bolivianos

Reforma Agrária e Dívida Externa

Além do problema da fome, a Bolívia também tem que lidar com a questão da reforma agrária. Na Bolívia, 87% das terras (28 milhões de hectares) estão nas mãos de 7% dos proprietários, enquanto o resto da população detém 4 milhões de hectares. Em dez anos o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA) não foi bem sucedido e redistribuiu apenas 17 milhões de hectares a um custo de US\$ 100 milhões. A política agrária do governo atual ambiciona redistribuir de imediato 4,5 milhões de hectares entre as comunidades indígena e campesina, além de distribuir de 11 a 14 milhões de hectares em um prazo de 5 anos.

Outro ponto sensível do país é a dívida pública. Segundo relatório da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em dezembro de 2004, a dívida pública do país (US\$ 6925,5 milhões) representava 78,9% do PIB na época.

Desta maneira, como resultado de políticas de ajuste impostas à Bolívia para preservar a estabilidade fiscal e monetária, no fim de 2005 o Fundo Monetário Internacional decide perdoar quase 6% da dívida do país (US\$ 285,3 milhões) e demonstra que perdoará 100% da dívida dos 19 países mais pobres do mundo (dentre os quais se inclui a Bolívia). [Ver também: [Dezoito países terão suas dívidas perdoadas](#)].

Referência

Sites:

Banco Central da Bolívia

<http://www.bcb.gov.bo>

Cepal - Comissão Econômica para a América latina

<http://www.eclac.cl>

CIA - Central Intelligence Agency

<http://www.cia.gov>

Econotícias Bolívia

<http://www.econoticiasbolivia.com>

Folha de São Paulo

<http://www.folhaonline.com.br>

Instituto Nacional de Estatística da Bolívia

<http://www.ine.gov.bo/>

Observatório Político Sul-Americano

<http://observatorio.iuperj.br>

OMC -Organização Mundial do Comércio

<http://www.wto.org>

Ver também:

10/10/2006 - [Dezoito países terão suas dívidas perdoadas](#)

10/05/2006 - [Evo Morales decreta nacionalização da produção de gás e petróleo na Bolívia](#)

Equador rescinde contrato com empresa petrolífera estadunidense

Resenha
Economia e Comércio

Cândida Cavanelas Mares e Wesley Robert Pereira
25 de maio de 2006

Equador anuncia rescisão do contrato de exploração de petróleo da empresa estadunidense Oxy, após batalha judicial em torno da questão. Em resposta, os Estados Unidos interrompem as negociações do Tratado de Livre Comércio (TLC) com o país andino, sem o estabelecimento de data para retomada das negociações.

O Equador, segundo maior exportador sul-americano de petróleo para os Estados Unidos da América (EUA), anunciou em 16 de maio de 2006 a rescisão do contrato de exploração de petróleo da empresa estadunidense Oxy (*Occidental Petroleum Corporation*). Essa companhia de petróleo é a maior empresa estrangeira a fazer investimentos no país e sua atuação data de 1985. A empresa é responsável pela produção de cerca de 100 mil barris de petróleo por dia no Equador.

Essa decisão surge como resultado de anos de disputas judiciais advindas da venda por parte da petrolífera estadunidense de 40% dos ativos de sua empresa para a canadense *EnCana Corporation*. O Ministério da Energia equatoriano argumenta que esta venda foi ilegal, visto que não foi pedida a aprovação da Petroecuador, empresa petrolífera estatal equatoriana e que tem como função fiscalizar o setor de petróleo e de seus derivados.

Na visão da embaixadora dos EUA no Equador, Linda Jewll, em entrevista ao jornal *La Hora*, a decisão é uma violação de leis por parte do governo equatoriano. Jewll declarou que a questão da Oxy está

relacionada a um conflito entre os EUA e o Equador. Para a embaixadora há, nessa questão, uma ligação entre o caso da Oxy e o Tratado de Livre Comércio (TLC). Ela disse que o caso da companhia petrolífera "é o mais dramático de uma série de disputas comerciais que em anos recentes vem envolvendo uma série de companhias estadunidenses".

Por outro lado, a extinção do contrato, de acordo com o Ministério das Relações Exteriores do Equador, possui caráter estritamente judicial, em conformidade com a Lei de Hidrocarbonetos, e as disposições contratuais com a Oxy, não representando, portanto, um conflito entre os dois países. O presidente da Petroecuador, Fernando Gonzalez, disse que "o Estado concedeu à Occidental o (direito ao) desenvolvimento de um recurso, mas agora a empresa precisa deixar o país por ter falhado em cumprir seu contrato e ter violado as leis".

Um outro ponto que pode ter acirrado as tensões é a permanência das tropas do governo na região próxima às instalações da Oxy. A extensão do tempo de permanência de soldados das Forças Armadas Equatorianas na região da Floresta Amazônica – que se encontravam

lá desde agosto de 2005 devido à invasão de manifestantes que reivindicavam recursos por parte do governo – de acordo com o Ministro da Defesa do Equador, Oswaldo Jarrín, não está relacionada com a rescisão do contrato com a Oxy. Segundo ele, a presença das Forças Armadas na região destina-se apenas a garantir a proteção dos complexos de hidrocarbonetos.

Em reação à rescisão do contrato, os Estados Unidos interromperam as negociações, iniciadas em 2004, de um acordo de livre comércio com o Equador. As negociações desse tratado envolviam também Peru e Colômbia, países com os quais as negociações já foram concluídas com sucesso. Este fato teve um impacto relevante sobre a região dos Andes, no sentido de motivar a saída da Venezuela da Comunidade Andina [ver: [Relação entre União Européia e América Latina encontra-se fragilizada](#)].

O representante de comércio estadunidense, Rob Portman, disse que o rompimento do contrato foi infeliz, pois os Estados Unidos tinham esperanças de chegar a um acordo de livre comércio com o país andino, mas isso é dificultado diante das ações do país no que concerne a investimentos legítimos estadunidenses. Uma outra representante do país, Neena Moorjani, disse que os países devem “obedecer as regras da lei com respeito aos investidores estrangeiros” se eles esperam ser parceiros no livre comércio com os EUA, destacando, ainda, que espera que o Equador indenize a Occidental.

O país andino classificou a ação tomada pelos Estados Unidos como chantagem. Segundo o ministro do Interior do Equador, Felipe de la Vega, o fechamento unilateral das negociações pelos EUA “é uma sanção, uma chantagem inaceitável” adotada porque o Equador não permitiu que se prosseguisse “esse estado de coisas ilegal, ilegítimo e lesivo às normas que regulam as relações entre empresas e o

Estado”.

A rescisão do contrato coincide com a nacionalização das reservas de petróleo e gás natural da Bolívia [ver: [Evo Morales decreta nacionalização da produção de gás e petróleo na Bolívia](#)]. Nesse sentido, tem sido apontado que o Equador estaria se alinhando com a Bolívia em sua nacionalização das reservas de hidrocarbonetos. No entanto, o ministro do Interior equatoriano, de la Vega, desmentiu essa hipótese, declarando que “o único fator em comum (com a Bolívia) é a conduta das empresas petrolíferas, conduta que é absolutamente injusta”.

Uma outra comparação pode ser feita a partir das respostas tomadas pelos países prejudicados com tais decisões. Poder-se-ia argumentar que, enquanto os Estados Unidos tiveram uma resposta rápida e enérgica à rescisão do contrato praticada pelo Equador, o Brasil agiu com maior cautela frente às ações tomadas pela Bolívia. Nesse sentido, evidencia-se a disparidade entre as respostas diplomáticas tomadas pelos países, que tem como consequência o fortalecimento dos EUA no continente americano e o enfraquecimento do Brasil perante seus vizinhos.

Referência

Sites:

BBC News

<http://news.bbc.co.uk>

Financial Times

<http://news.ft.com/home/us>

Folha Online

<http://www.folha.uol.com.br/>

Ministério de energia e Minas do Equador

<http://www.menergia.gov.ec/>

Ministério das Relações Exteriores do Equador

<http://www.mmrree.gov.ec/>

Observatório Político Sul-Americano

<http://observatorio.iuperj.br/>

Empresa Estatal de Petróleos do Equador

<http://www.petroecuador.com.ec/>

Reuters

<http://today.reuters.com/news/home>

UOL

<http://www.uol.com.br/>

Ver também:

15/04/2005 - [Equador e o equilíbrio regional](#)

10/05/2006 - [Evo Morales decreta nacionalização de gás e petróleo na Bolívia](#)

17/05/2006 - [Relação entre União Européia e América Latina encontra-se fragilizada](#)

Violência aumenta no Afeganistão

Resenha
Segurança / Desenvolvimento

Tiago Cerqueira Lazier
26 de maio de 2006

O Talibã aumentou sua atuação no Afeganistão nas últimas semanas. Como resultado, o número de mortes no país é um dos mais altos desde 2001, ano da chegada de tropas estrangeiras. O Paquistão é acusado de estar colaborando com este grupo.

Em um momento no qual a Organização do Atlântico Norte (OTAN) se prepara para assumir as operações de segurança realizada pela coalizão militar liderada pelos Estados Unidos (EUA) – que está na região desde do ano de 2001. Os enfrentamentos no Afeganistão nas últimas semanas, segundo jornais estadunidenses, têm sido um dos mais intensas desde a chegada das tropas estrangeiras no país.

Segundo os militares estadunidenses, insurgentes têm atacado prédios governamentais em busca de materiais para a construção de explosivos. O aumento dos ataques realizados pelo Talibã acontece apesar da presença de mais de 30 mil tropas estrangeiras no país, sendo que destas, 23 mil são estadunidenses.

As lutas entre estas tropas e insurgentes ligados ao regime deposto do Talibã se concentram na região sudeste do país. Desde o dia 17 de maio de 2006, mais de 300 pessoas morreram entre soldados, insurgentes e civis. Em uma das operações aéreas estadunidenses, insurgentes que estavam escondidos em uma escola religiosa buscaram abrigo na casa dos moradores de uma pequena vila. Mais de 80 pessoas foram mortas como resultado do bombardeio, dentre elas, estavam muitos membros do Talibã, bem como

moradores da região, incluindo crianças.

O Presidente afegão, Hamid Karzai, que ordenou uma investigação do ataque, demonstrou preocupação com a decisão de se bombardear áreas civis. Condenou o ato dos insurgentes de se protegerem em casas de civis, que segundo ele, seria uma demonstração de covardia. Já o Coronel Tom Collins, militar estadunidense, haveria dito que é comum que os inimigos lutem perto de áreas civis como uma forma de proteger sua força. Ressalta-se que segundo as convenções de Direitos Humanos a utilização de escudo humano por parte das forças de guerra é proibida, caso este seja empregado o alvo passa a ser legítimo. Ou seja, os civis usados como proteção podem ser atingidos.

O Talibã continua realizando diversos ataques. Mohammed Ali Jalali, ex-governador da província do sul, foi encontrado morto depois de ter sido seqüestrado. Jalali era um forte apoiador do presidente afegão.

O aumento da violência nas últimas semanas tem evidenciado o atrito do governo afegão com o Paquistão, que tem sido acusado de colaborar com os membros do Talibã. Karzai disse que a violência emana de regiões tribais do país vizinho. Nesta área, reside um grupo étnico chamado Pashtuns, que compõe a maioria dos militantes do Talibã e que se

acredita estão escondendo Osama Bin Laden. Enquanto a etnia Pashtuns é maioria no Afeganistão (compondo 42% da população), tudo indica que no Paquistão este grupo seria somente o terceiro maior, atrás da etnia Punjabi e Sindhi, já que apenas 8% da população fala a língua Pashtun¹.

Karzai haveria dito, segundo a *Associate Press*, que os professores de escolas religiosas do Paquistão estariam incentivado estudantes a queimarem escolas e clínicas afegãs. O governo paquistanês nega veementemente as acusações, se colocando como parceiro incondicional dos Estados Unidos.

Do outro lado, o Talibã tem atacado professores e médicos que buscam dar ajuda humanitária, o primeiro acredita que os últimos fortalecem o governo do atual presidente.

Segundo o analista Amin Saikal, professor de ciência política e diretor do Centro para Estudos Árabe e Islâmico da Universidade Nacional da Austrália, a inteligência ocidental acredita que a assistência do Paquistão tem sido fundamental para que as forças do Talibã se recomponham.

Mesmo que o Presidente paquistanês, Pervez Musharraf, tenha adotado uma política de não interferência em assuntos referentes ao governo afegão, a Inteligência Militar do Paquistão (ISI) não tem adotado esta postura. A ISI concentra forças políticas islâmicas radicais que possuem autonomia do governo e que dominam regiões fronteiriças com o Afeganistão. Esta era simpática ao Talibã e acredita que com uma eventual saída das tropas estrangeiras se abrirá espaço para que os países vizinhos voltem a exercer influência no país.

Percebe-se que a situação na região continua instável e que o esforço para conter o terrorismo está longe de acabar.

Resta saber se os Estados Unidos continuarão dispostos a arcar com os custos deste. De qualquer forma, o fato é que a opinião pública estadunidense não vem dando muita atenção para o Afeganistão. Isso se demonstra pela falta de repercussão que a morte de vários civis afegãos, incluindo crianças, teve nos Estados Unidos.

Por outro lado, o tom ameno no qual o presidente afegão demonstrou preocupação com o bombardeio de áreas civis, indica um possível amedrontamento frente aos insurgentes. Em 2004, a morte de 15 crianças em um ataque aéreo estadunidense, gerou em Karzai uma reação de desaprovação muito forte, que haveria obrigado os militares a dizer que iriam rever seu modo de atuação.

Os ataques realizados pelo Talibã foram duramente reprimidos. Sua força reside na capacidade de criar transtorno na vida cotidiana da população. A coalizão militar liderada pelos Estados Unidos não será ameaçada pelos insurgentes ligados ao Talibã, muito embora uma elevação do número de mortos estadunidenses deve aumentar os custos internos de se sustentar as tropas dos EUA no Afeganistão.

O Talibã

O Talibã ganhou destaque nos últimos anos após os ataques de 11 de setembro do grupo terrorista Al Qaeda - que segundo o governo estadunidense tinha apoio do Talibã, que naquele momento governava o Afeganistão. Posteriormente, os EUA e seus aliados invadiram o país, derrubaram o governo e incentivaram a implementação de um governo democrático, cujo presidente interino Hamid Karzai, se confirmou no cargo com a eleição presidencial em 2004. [Ver: [Eleições no Afeganistão dão vitória a atual presidente](#)]

Para compreendermos o momento atual é

¹ Segunda dados da Central de Inteligência Estadunidense (CIA).

necessário fazermos um sucinto resgate histórico. Após um breve período de democracia entre os anos de 1973 e 1978, se instaurou um regime comunista no Afeganistão. Em 1979 o país foi invadido pela União Soviética (URSS), que o abandonou dez anos depois devido à pressão dos mujahedin – donos de terra comandantes de milícias que tinham apoio internacional. Com a queda do regime comunista em 1992 se instaurou uma guerra civil entre as várias facções do mujahedin.

Neste cenário, o grupo dos Talibãs ganharia proeminência a partir de 1994. Era liderado por um aldeão clérigo chamado Mullah Mohammad Omar, que tinha perdido o olho direito quando lutava contra as forças de ocupação soviética na década de 80. Seu objetivo era acabar com a guerra civil no país e colocar em prática a lei islâmica, e para isso, segundo ele, o passo natural seria estabelecer um governo sobre seu comando.

O Talibã alcançou grande aceitação da população afegã que sofria com a violência e os excessos dos mujahedin. Ademais, o Talibã foi capaz de, nas áreas sobre seu controle, diminuir a corrupção, estabelecer a ordem e tornar as estradas seguras permitindo o crescimento do comércio.

O movimento Talibã se iniciou no sudoeste do Afeganistão e se expandiu rapidamente. Em 1996 eles já controlavam a capital Kabul e haviam deposto o regime do Presidente Burhanuddin Rabbani. Em 1998, 90% do país estava sobre seu domínio. Tudo indica que o Talibã tinha apoio do Paquistão – um dos três países a reconhecer o regime e o último a romper relações diplomáticas. Além disso, muitos dos afegãos que participavam do Talibã haviam sido educados em escolas religiosas no Paquistão.

O governo afegão sob o domínio do Talibã foi altamente centralizado e não tolerava nenhuma oposição às suas políticas.

Foram introduzidas punições religiosas, tais como a execução pública de assassinos e a mutilação de ladrões. Meninas com menos de 10 anos foram proibidas de frequentar a escola e as mulheres foram ordenadas a ficar em casa. A utilização dos turbantes pelas mulheres e de barbas pelos homens se tornou obrigatória.

Os problemas do regime com os EUA se iniciaram quando a Al Qaeda, liderada por Osama Bin Laden, bombardeou as embaixadas estadunidenses no Quênia e na Tanzânia. O então presidente dos EUA, Bill Clinton, requisitou ao Afeganistão que expulsasse Bin Laden, que apesar de ter nascido na Arábia Saudita residia no Afeganistão.

O governo do país recusou o pedido estadunidense, fazendo com que Bill Clinton ordenasse um ataque aéreo aos acampamentos controlados por Bin Laden no sudeste do país. Em 1999 e 2001, o Conselho de Segurança (CS) da Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu diversas sanções que visavam forçar o Afeganistão a entregar Bin Laden. Ademais, o regime Talibã não poderia ocupar o assento do Afeganistão na ONU.

Os ataques terroristas de 11 de setembro levaram os Estados Unidos e seus aliados a intervirem militarmente no Afeganistão, após nova recusa deste país em entregar Bin Laden. A invasão se iniciou no dia 7 de outubro de 2001 e em dezembro do mesmo ano o regime já havia colapsado.

O objetivo de capturar Bin Laden não se concretizou até o presente momento. Uma frágil democracia foi instaurada, sua sustentabilidade depende amplamente da coalizão militar liderada pelos EUA, necessária para manter a ordem no país, que se vê assolada por crescentes manifestações violentas por parte de insurgentes ligados ao Talibã.

Referência

Sites:

BBC News

<http://www.newsbbc.co.uk>

CNN

<http://www.cnn.com>

International Herald Tribune

<http://www.ihb.com>

USA Today

<http://www.usatoday.com>

Ver também:

22/10/2004 - [Eleições no Afeganistão dão vitória a atual presidente.](#)

29/09/2005 - [Eleições no Afeganistão](#)

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Ana Flávia Lima Teles; Cândida Cavanelas Mares; Igor Andrade Vidal Barbosa; Jéssica Naime; Júlia Drumond Caiado; Rafaella Arruda Melo Pereira; Raphael Rezende Esteves; Sílvia H.G. Canêdo; Tiago Cerqueira Lazier; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>